

NEWSLETTER

bimestral - n.º17 | dezembro 2017

DGAL | DIREÇÃO-GERAL DAS
AUTARQUIAS LOCAIS

A Direção-Geral das Autarquias Locais expressa os melhores votos de Boas Festas e a expectativa de um novo ano repleto de iniciativas e sucessos em matérias de Administração Local.



Siga a DGAL no 

CAPACITAÇÃO DAS AUTORIDADES DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

Conferência teve lugar no dia 22 de novembro, em Lisboa. Presidida pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, Prof. Doutor José Gomes Mendes, com a presença de cerca de 170 técnicos e executivos, em representação de 70 entidades públicas, autarquias, comunidades intermunicipais, áreas metropolitanas e regiões autónomas.



Presidiu ao encerramento da Conferência a Dra. Sónia Ramalinho, Diretora-Geral das Autarquias Locais, que se referiu ao compromisso institucional de todas as entidades envolvidas.

SEGURANÇA RODOVIÁRIA «PENSE 2020»

O Conselho Nacional de Segurança Rodoviária tem como missão acompanhar a execução do Plano Estratégico de Segurança Rodoviária – Pense 2020.

A Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) é uma das entidades integrantes desta Comissão, a quem compete acompanhar a execução do plano de ação do Pense 2020, plano este que visa de tornar a segurança rodoviária uma prioridade para todos os portugueses.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE AO DESPERDÍCIO ALIMENTAR

O plano de ação define 14 medidas direcionadas para o combate ao desperdício alimentar, desenvolvidas a partir do trabalho de várias entidades que compõem a CNCDA, a qual assume um caráter abrangente e multidisciplinar, num processo que se pretende dinâmico e participativo.

A Direção-Geral das Autarquias Locais integra o grupo de trabalho que abrange dez áreas governamentais, duas associações autárquicas e uma federação de solidariedade social da área de voluntariado.

PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO

No âmbito das suas atribuições e competências, a DGAL integra diversos grupos de trabalho, constituídos para abordar temáticas onde a intervenção pública e os contributos nos domínios da Administração Local são considerados essenciais, a saber:

Comissão do Domínio Público Marítimo

Comissão de Implementação e Acompanhamento do Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água

Grupo de trabalho: Apoio Técnico à aplicação do POCAL (SATAPOCAL)

Grupo de Coordenação para o Emprego da Engenharia Militar em Missões de Interesse Público

Sistema de Avaliação para a execução do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território

Plano Nacional para a implementação de uma garantia jovem (PNI-GJ)

Rede Interministerial de Modernização Administrativa

Comissão de Avaliação do Prémio Igualdade é Qualidade

Comissão Técnica sobre Cidades Sustentáveis - Desenvolvimento Sustentável em Comunidades

Grupo de Trabalho para a Remoção de Amianto em Edifícios, Instalações e Equipamentos Públicos

Grupo de Trabalho sobre Informação Estatística relativa a Acidentes de Trabalho

Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA)

Grupo de Trabalho Interministerial para apresentação de uma proposta de Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável Segurança Rodoviária - «PENSE2020»

Grupo para a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

O Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), tem por objetivo promover e acompanhar o desenvolvimento da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023, garantindo a mobilização do conjunto dos intervenientes, entre os quais a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), de forma a assegurar a implementação da Estratégia, a monitorização e a avaliação de todo o processo.

ENVELHECIMENTO ATIVO SAUDÁVEL

Portugal é um dos países no contexto do espaço europeu, onde o processo de envelhecimento demográfico tem sido mais rápido e mais acentuado.

Com a finalidade de elaborar uma proposta de Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (ENEAS), tendo por base estes pressupostos, o Governo, através do Despacho n.º 12427/2016 de 17 de outubro, criou o Grupo de Trabalho sobre Envelhecimento Ativo e Saudável que integra a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS | SNC-AP

Entra em vigor a 1 de janeiro de 2018, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de novembro, De acordo com a Portaria nº 128/2017, de 5 de abril, todas as entidades da administração local que não tenham natureza, forma e designação de empresa bem como as entidades públicas reclassificadas da administração local, aplicam o SNC-AP.

A DGAL, enquanto entidade da Administração Central, responsável pela recolha de informação de todas as entidades pertencentes ao Subsetor da Administração Local (SAL), disponibilizou uma aplicação, o Sistema de Informação para o Subsetor da Administração Local (SISAL), para recolha e tratamento da informação a remeter pelas entidades do SAL.

Neste momento, quer as Software Houses, quer as entidades do SAL, podem remeter, em versão de teste, as peças de relato que já se encontram publicadas em <https://appls.portalautarquico.pt/SISAL/>

A realização massiva de testes permitirá ajustar os sistemas próprios e o SISAL, de forma recíproca, para que no dia 1 de janeiro, as várias aplicações se encontrem a funcionar com a menor incidência possível de erros.

2ª página

INVESTIMENTO PÚBLICO EM EQUIPAMENTO URBANO

Ao abrigo do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva, foi assinado um contrato de financiamento entre a DGAL, a CCDR Centro e Associação Recreativa e Cultural da Póvoa, conforme consta do quadro seguinte:

Subprograma	Município	Entidade	Obra	Invest.	Comp.
SP2: EQUIPAMENTO ASSOCIATIVO	PENACOVA	Associação Recreativa e Cultural da Póvoa de Carvalho	Requalificação do Pavilhão	33.501,00	16.750,00

COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

No âmbito do Concurso destinado à Integração e Partilha de Serviços ou Competências dos Municípios, foi celebrado um contrato, entre a DGAL, a CCDR Norte e a Comunidade Intermunicipal do Ave:

Objeto do Contrato	Investimento (€)	Comparticipação (€)
Plano supramunicipal para o Crescimento Inclusivo do Ave	153.000,00 €	107.100,00 €

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS A NÍVEL LOCAL

No âmbito das suas atribuições e competências a DGAL procede ao acompanhamento das Parcerias Público-Privadas da iniciativa dos municípios, tendo desenvolvido uma aplicação informática de suporte ao Registo de PPP's e Concessões municipais.

O relatório anual relativo a 2016 sobre o Panorama de Operações PPP a Nível Municipal, encontra-se disponível no Portal Autárquico (Administração Local>Parcerias), tendo por base a informação prestada pelos municípios. **Ao abrigo do novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, os municípios hão-de contratualizar, até dezembro de 2019, as respetivas redes e serviços de transporte coletivo público de passageiros, designadamente mediante de contratos de concessão de serviço público.** Haverá que ter em conta, entre outros, os princípios e normas aplicáveis relativos à conceção, preparação, lançamento, adjudicação e alteração de parcerias público-privadas (Decreto-Lei nº 11/2012), sendo de destacar a análise custo-benefício da operação e organização institucional, o nível de risco a incorrer e partilhar, o "value for money" para o erário público e a comportabilidade orçamental da despesa associada.

COMITÉ EUROPEU SOBRE DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO (CDDG)

Em Estrasburgo, nos dias 4-5 de dezembro, realizou-se a 8ª reunião do CDDG, cuja representação nacional é assegurada pela DGAL.

O Comité congratulou-se com a aprovação dos "Guidelines for Civil Participation in Political Decision Making" pelo Comité de Ministros, em 27 de Setembro, e delineou as prioridades de ação para o biénio 2018-2019.

No decurso dos trabalhos foram abordados vários temas com relevância para os poderes locais: reformas administrativas e da administração local em curso (Macedónia, Servia, Eslovénia), descentralização e reforma da função pública (Ucrânia), participação dos cidadãos na vida pública local, estratégia de inovação e boa governação, governação democrática de áreas metropolitanas e cooperação transfronteiriça.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

A Diretora-Geral das Autarquias Locais, Dra. Sónia Ramalinho, aprovou em outubro passado, o Código de Ética e Conduta da DGAL, o qual se encontra disponível no [Portal Autárquico](http://portalautarquico.gov.pt).

Este documento visa ser a referência institucional de conduta e ética, que orienta o relacionamento entre os trabalhadores da DGAL, e entre estes e terceiros, contribuindo para o reforço de um melhor ambiente de trabalho, tendo por base a honestidade, o respeito, integridade e a equidade.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO Bombeiros Municipais

Ao abrigo do Protocolo estabelecido entre a DGAL e a Escola Nacional de Bombeiros (ENB), decorreu recentemente o Curso para Ingresso na Carreira de Bombeiros Profissionais (BM) das Autarquias Locais para 34 recrutas do distrito de Faro (9 BM Tavira; 10 BM Olhão; 7 BM Faro e 8 BM Loulé).



Sessão de Abertura do Curso de Ingresso na carreira de Bombeiros Municipais

Para além deste curso decorreram nas últimas semanas, os Cursos de Promoção de Bombeiros de 1ª e 2ª Classes (BM de Olhão e BM de Coruche).

Polícia Municipal de Cascais

Prestes a terminar a 1ª fase do Curso de Ingresso de Polícias Municipais de Cascais.



Cerimónia de abertura - 16 de outubro em Cascais

Recursos Humanos da DGAL

Decorreram em setembro e outubro, nas instalações da DGAL um conjunto de cinco ações de formação, respetivamente sobre: Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, Novo Código do Procedimento Administrativo, Tramitação da Despesa, Gestão de Riscos em Sistemas de Informação e Organizações Positivas, as quais abrangeram cerca de 98% dos trabalhadores afetos à Direção-Geral.

Recursos Humanos do Centro de Formação Autárquica (CFA)

Decorreram no dia 24 de novembro, nas instalações do CFA em Coimbra, duas sessões de formação sobre os temas Código do Procedimento Administrativo e Programas Operacionais Regionais - Candidaturas ao Fundo Social Europeu, as quais abrangeram um total de 17 trabalhadores ali alocados.

COORDENAÇÃO JURÍDICA

Realizou-se no passado dia 15 de novembro nas instalações da DGAL, a segunda reunião deste ano, de Coordenação Jurídica, com a participação de representantes da DGAL, gabinete do SEAL, IGF, CCDR's, Açores e Madeira, para análise de questões jurídicas controversas e diplomas recentemente publicados com relevância para a administração local.